

portugal e o desenvolvimento  
ecologicamente sustentável  
jacinto rodrigues

A organização do território desenvolveu-se essencialmente no séc. XX. A então União Soviética iniciou um processo nos anos 30 com a utilização dum plano quinquenal que pretendia reorganizar uma rede policêntrica de cidades e núcleos de produção. Esta problemática teve grande impacto. Porém, entre os “desurbanistas” e os “europeístas”, o “stalinismo” impôs essencialmente uma estrutura hierarquizada sem uma mudança do modelo urbano-industrial.

Na Inglaterra, o problema colocou-se também com a industrialização e o acréscimo da população urbana, mas não se realizaram mudanças estruturais.

Na Itália, os governos ensaiaram processos múltiplos para resolverem a disparidade norte-sul - a questão do Mezzogiorno!. Mas apenas sobressaíram medidas de gestão do mesmo modelo de crescimento.

Em França, a organização territorial desenvolveu-se com uma estratégia ainda mais explícita. A luta contra as disparidades regionais e o desejo de controlar o peso excessivo de Paris em relação ao resto do território, levou a uma série de medidas que colocou a França como um dos países europeus tecnicamente mais bem apetrechados com uma metodologia de organização do território.

Assim, a partir de 1950, através do Ministro da Reconstrução e do urbanismo, Claudius Petit, surge a necessidade do plano nacional da organização do território. E, em 1963, a DATAR, Delegation d’Aménagement du Territoire et Action Regionale, directamente ligada ao Primeiro Ministro e aos diversos ministérios, revelará uma política de coordenação na prossecução de vários objectivos, visando uma política concertada na constituição de grandes infra-estruturas e de metrópoles de equilíbrios. Mas foi apenas em 1997 que a lei Voynet, propôs uma melhor coordenação regional e promoveu a filosofia do “desenvolvimento durável” ou seja, pretendeu-se reorientar o crescimento económico de acordo com o desenvolvimento ecologicamente sustentado. Porém, nada de estruturante veio a realizar-se de modo significativo.

A Alemanha fez nos últimos anos alguns passos no sentido de fazer progredir o desenvolvimento de energias renováveis como alternativa à energia nuclear. Algumas

experiências, como o caso da nova organização territorial do Vale do Emscher, apontam para um outro modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentado. Porém, mesmo com a presença dos Verdes, os passos não são ainda decisivos para a tal mudança de paradigma.

Em Portugal, o Estado Novo ensaiou algumas medidas que conduziram ao reforço da metrópole como a cabeça do império colonial.

A partir dos anos 60, o reforço das estruturas viárias, portuárias e a construção de barragens, aparecem ligadas ao crescimento e modernização. O complexo de Sines constitui um dispositivo virado para o aproveitamento energético resultante da exploração colonial. Depois do 25 de Abril, a “modernização” apenas consolidou o modelo urbano-industrial que era ainda bastante arcaico em relação ao capitalismo dominante.

Portugal, ao nível da comunidade europeia, apresenta-se assim como o País mais atrasado na organização territorial. Os governos têm funcionado predominantemente numa gestão de crises e sem projectos integrados numa nova organização territorial. E tem primado a ausência de uma visão assente no desenvolvimento ecologicamente sustentado, paradigma que exige prospectiva e meios políticos e eco-tecnológicos consequentes.

Queria dar aqui uma explicação prévia. Não basta falar de “sustentabilidade” como agora passou a ser comum entre os políticos portugueses. É preciso esclarecer os conteúdos.

Quando em 1987-88 Gro Harlem Brundtland coordenou o relatório “O Nosso Futuro Comum”, as Nações Unidas passaram a ter um texto de referência sobre o que poderia ser um paradigma capaz de alterar a noção de “crescimento económico”. O texto de Brundtland expressava uma estratégia de interesses inter-geracionais.

Tornava-se agora evidente, para um núcleo de cientistas, que o modelo civilizacional urbano-industrial era um modelo insustentável por gerar o esgotamento dos bens naturais, a contaminação do planeta e a exclusão social.

Mas, esta filosofia do desenvolvimento ecologicamente sustentável ou desenvolvimento durável, consolidou-se apenas em elites. Esta problemática não nasceu de uma forma repentina. Estava subjacente a muitas preocupações, desde há longa data:

Os fisiocratas do séc. XVIII propunham o aumento das riquezas sem a destruição dos “bens de fundo”.

Também o Marxismo se preocupou com o princípio do desenvolvimento económico a partir das próprias forças, desejando uma autonomia social em cada país.

As preocupações com a conservação da natureza estão também presentes na agricultura tradicional, no romantismo e no Clube de Roma.

Descortinaram-se preocupações que alertavam para os perigos que vieram a generalizar-se com a globalização neo-liberal.

Faltava, no entanto, uma perspectiva científica da ecologia que integrasse a economia e a sociedade na biosfera.

A ultrapassagem deste paradigma mecanicista, exige um novo pensamento – o pensamento ecologizado – como é defendido nomeadamente por Morin, Rosnay e Passet.

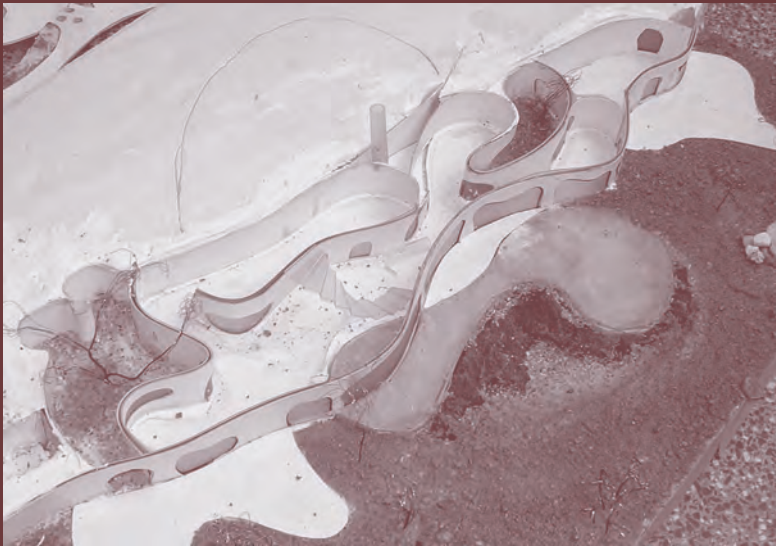
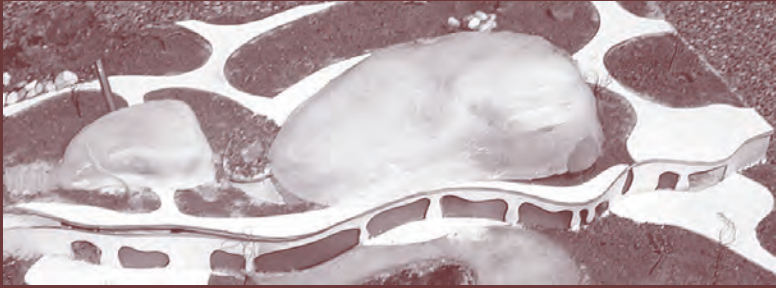
Isto pressupõe uma abordagem sistémica transdisciplinar, aceitação da complexidade no objecto de estudo.

Terá de haver uma opção ruptural em relação à tecnociência, tal como previram George Friedman, Jacques Ellul, Lewis Mumford e Ignacy Sachs, aprofundando uma reflexão sobre a técnica e desenvolvendo perspectivas para uma ecotécnica e um codesenvolvimento.

Assim, podemos dizer que o desenvolvimento sustentado pressupõe uma ecofilosofia que coloca exigências éticas à ciência. E isto é essencialmente compreensível com o compromisso inter-geracional subjacente à noção de desenvolvimento durável: “um desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras responderem também às suas próprias necessidades” como refere o relatório de Brundtland.

Porém, a par das dificuldades de impor a filosofia do desenvolvimento, vai-se manter uma ambiguidade até aos nossos dias.

Quando em 1974, Ignacy Sachs, consultor das Nações Unidas, propôs a palavra codesenvolvimento, Henry Kissinger acabou por fazer retirar esse conceito, na Conferência de Cocoyoc, no México.



Passou então a generalizar-se, numa forma hegemónica, o conceito de “desenvolvimento sustentado”. Desta forma, retirou-se a carga epistemológica decisiva para a compreensão da preocupação ecológica. Veio assim substituir-se à preocupação ecológica apenas a cosmética numa forma de gestão financeira ou contabilística.

Por isso o vocábulo “sustentado” ficou completamente vazio da problemática ecológica, confundindo-se esta sustentabilidade com a expressão anteriormente difundida pelo economista liberal Rostow “Self Sustained Growth” (Entrevista a Ignacy Sachs na *Science, Nature, et Société*, vol. 2, n.3/1994).

Como será possível o desenvolvimento ecologicamente sustentável para Portugal?

Primeiramente impõe-se o alargamento da estratégia ao mais vasto sector de cidadãos. Trata-se de divulgar uma eco-filosofia, uma metodologia projectiva faseada no tempo com soluções integradas a nível das energias, das eco-técnicas e da reorganização do território.

A estratégia terá que ser baseada na mudança progressiva dos centros de energias fósseis em núcleos integrados de produção de energias renováveis, descentralizados.

A metropolização de duas grandes megapólis resultantes de um crescimento que domina e esgota os bens do interior, terá que dar lugar a uma metamorfose total do território. O centralismo hipertrofiado dos pólos urbanos do litoral têm que dar lugar, progressivamente, a uma malha policêntrica de cidades equilibradoras do território.

Actualmente, a desertificação dos centros das grandes cidades, resulta da inadequação dos antigos cascos ao tráfico.

A metapolização, isto é, o crescimento das zonas suburbanas, trouxe aumentos ao habitat periférico das metapólis. O seu crescimento fragmentado e caótico lembra as metástases dum cancro. Esses subúrbios não são pois soluções, mas indícios de uma crise ainda mais letal para a qualidade de vida.

Importaria desenvolver uma progressão das cidades-território, organismos policêntricos integrados num eco-sistema, no sentido dos vales dos grandes rios. A população terá que distribuir-se pela interioridade do território. A vida urbana terá também que resultar numa





ocupação de actividades agrícolas pois a agricultura urbana é possível se a cidade se integrar na natureza e a natureza se articular com a urbanidade.

Para isso, terão que ser integradas, sistemicamente, eco-técnicas, transportes ecológicos, energias limpas e renováveis.

E a contaminação deixará de existir se a paisagem antrópica for pensada como inserida nos ecossistemas. Esses ecossistemas terão capacidade de reciclagem dos lixos urbanos não tóxicos no ciclo trófico, no metabolismo circular das biocenoses no biótopo.

A noosfera, consciência científica e ética, constitui assim a organização deste funcionamento ecológico integrado, onde as forças regenerativas do planeta eliminem o mais possível o esgotamento dos bens naturais essenciais e se evitem as contaminações e as exclusões sociais.